

Data: 23/11/2023

Matéria: Setor elétrico teme ampliação de subsídios

Veículo: Valor Econômico

ECONÔMICO
Valor

Infraestrutura Segmento se movimenta para frear ajuda a projetos de geração de energia renovável

Setor elétrico teme ampliação de subsídios

**Rafael Bitencourt e
Robson Rodrigues**

De Brasília e São Paulo

No dia de divulgação do relatório da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, ganhou força nesta quinta-feira o rumor de que o governo enviará, ao Congresso, uma medida provisória (MP) para estender o prazo de vigência de subsídios oferecidos a projetos de geração de energia renovável, entre outras fontes incentivadas.

Os dois movimentos concomitantes, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, partiram de estratégia do relator da peça orçamentária, deputado Danilo Forte (União-CE). Ele teria aproveitado o poder de barganha na negociação do relatório da LDO para avançar com a pauta que defende abertamente: incentivos a parques eólicos, em parte no Ceará.

No governo, nem Casa Civil, responsável pela análise final das MPs, nem o Ministério de Minas e Energia, órgão que propõe e executa as políticas do setor, assumiram a iniciativa de elaborar e enviar a MP ao Congresso.

Ontem, integrantes do setor davam como certo o envio da MP, inclusive com data supostamente definida. Uma entidade chegou a remarcar evento para acomodar a suposta solenidade de assinatura do texto, na manhã desta quinta-feira. A cerimônia, porém, não constava nas agendas do presidente da República e de ministros até a conclusão desta edição.

Fora os empresários da geração de energia eólica e solar, o setor elétrico em peso tem unido esforços para combater a alta carga de subsídios que oneram as contas de luz. Em declarações públicas, o próprio ministro Alexandre Silveira, manifesta apoio.



LEO PINHEIRO/VALOR

"Iniciativa representa enorme desrespeito aos consumidores"
Luiz Eduardo Barata

Ontem, a "Folha de S.Paulo" informou que a minuta da MP prevê a extensão do incentivo por mais 36 meses. Até o momento o texto da MP é desconhecido.

O benefício é dado com desconto de 50% no custo do "fio", tarifas de transmissão e distribuição (Tust e TUSD). Em 2021, o estímulo já havia sido estendido por 12 meses para novos pedidos de outorga de projetos, também com 48 meses para entrar em operação comercial a partir da autorização. Houve no setor uma "corrida ao ouro", com avalanche de pedidos na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Se a MP for confirmada, é esperada uma reação semelhante.

O "Subsidiômetro", ferramenta de cálculo da Aneel, indica que os consumidores brasileiros pagaram neste ano R\$ 8,7 bilhões em subsídios às fontes incentivadas na tarifa, entre janeiro e no-

vembro. É a maior rubrica dentro do montante total de R\$ 30,6 bilhões acumulados até este mês.

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), que se opõe à prorrogação dos subsídios, confirmou ao **Valor** que a MP vai gerar o impacto de R\$ 6 bilhões ao ano na CDE, o fundo que reúne os encargos repassados para a conta de luz. Os efeitos seriam sentidos a partir de 2029, segundo informou a entidade.

Na terça-feira, a Frente Nacional dos Consumidores de Energia divulgou "carta aberta" dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para alertá-lo sobre os efeitos do envio da MP ao Congresso, se for confirmada.

"Essa nova iniciativa dos poderes Executivo e Legislativo representa um enorme desrespeito à totalidade dos consumidores brasileiros, já massacrados pelo

volume de subsídios sempre crescentes", disse Luiz Eduardo Barata Ferreira, presidente da Frente, em entrevista ao **Valor**.

A Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace) destacou que "vê com assombro" a possibilidade de prorrogação dos descontos na Tust e TUSD.

O **Instituto Acende Brasil**, o União pela Energia e o ex-diretor da Aneel e colunista do **Valor**, Edvaldo Santana, engrossaram o coro contra a MP. Santana classificou a medida como "hipocrisia elétrica" que vai aumentar a conta de luz dos brasileiros.

Procurada, a Casa Civil informou que "ainda não chegou proposta formal". "Como ocorre com qualquer outra proposta de MP, a mesma tem origem em seu órgão setorial e será examinada a partir do momento que chegar à Casa Civil". *(Colaboraram Renan Truffi e Raphael Di Cunto, de Brasília)*